



| |
|----------------------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI |
| Protocolo Nº <u>0462/25</u> |
| 17 MAR 2025 |
| Assinatura: <u>[assinatura]</u> |

MENSAGEM Nº 023/2025

=====

Pirai, 13 de março de 2025.

C.M.P - PIRAI-RJ.
Processo nº 0462/25
Pela nº 8 Fls 02

Exmo. Sr. Presidente,

Nobres Vereadores,

Pela presente Mensagem tenho a elevada honra de submeter à Vossa Excelência e aos seus Dignos Pares, Projeto de Lei que tem como escopo alterar a estrutura administrativa da Prefeitura, no sentido de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Políticas da Mulher, Secretaria Municipal de Turismo, da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Governamental, e da Secretaria Municipal de Comunicação, além das demais secretarias municipais.

Cumpre ressaltar, que devido a complexidade das atribuições das Secretarias criadas através da Lei Municipal nº 1.783, de 06 de janeiro de 2025, a estruturação funcional se mostra imperiosa, o que demanda o aumento do quantitativo de cargos, a criação de função, e a extinção de cargo, que possibilitará o desenvolvimento das ações e projetos inerentes a cada Unidade Administrativa.

Senhores Vereadores, as competências da Secretaria de Políticas da Mulher, foram definidas de modo a permitir uma atuação coordenada e eficiente, com divisões específicas que cuidarão da autonomia e do enfrentamento à violência contra a mulher.

A Secretaria Municipal de Turismo terá a responsabilidade de desenvolver políticas e projetos para estimular o ecoturismo, uma vertente de grande potencial em nosso município, além de realizar estudos de viabilidade para a implantação de novos roteiros e atividades que ampliem a atratividade turística de Pirai.

A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Governamental com a função de articular de forma mais eficiente as políticas públicas entre as diferentes secretarias e áreas da administração, possui papel importante nas diretrizes do Plano Diretor, Convênios, Programas e Ações comuns a várias secretarias municipais.

[assinatura]



C.M.P. - PIRAI-RJ.

Processo nº

0462/25

Rubrica

Fls. 03

A Secretaria Municipal de Comunicação no Município de Pirai justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de ampliar a transparência nas ações governamentais.

Diante do acima exposto, o cargo de Analista Jurídico tem por essência assegurar as novas Secretarias e as Secretarias já em exercício, o desenvolvimento de suas atividades devidamente amparadas com a análise jurídica/administrativa dos documentos, contratos e de processos que forem submetidos a cada pasta.

Em contrapartida, o cargo em comissão de Assistente Jurídico será extinto, face a inexistência de descrição sintética de suas atribuições quando da edição da Lei nº 768 de 24 de dezembro de 2004, condizente com a legislação em vigor.

Detectamos também, a necessidade de adequação do anexo I da Lei Municipal nº 1.783, de 06 de janeiro de 2025, que foi acrescido em seus quantitativos pela Lei nº 1.808, de 24 de fevereiro de 2025, para que possamos unificar as referidas normas legais.

Face ao exposto, contando, como sempre temos tido a oportunidade de receber deste Egrégio Poder, o apoio que se faz necessário para a aprovação do Projeto de Lei em apenso, aproveito o ensejo para renovar junto a Vossa Excelência e aos seus Ínclitos Pares nossos protestos de profunda admiração e elevada consideração.

Atenciosamente,


LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

MOACIR GONÇALVES DA ROCHA JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal de Pirai

PIRAÍ - RJ

PROJETO DE LEI Nº 26 /2025

Altera a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pirai, alterando quantitativos e incluindo e extinguido cargos, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,

Art. 1º - Os quantitativos dos cargos do Quadro de Pessoal, constantes no anexo I da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, que foi alterada pela Lei n.º 1.783 de 06 de janeiro de 2025, serão acrescidos na disposta no anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Fica criado o cargo em Comissão de Analista Jurídico, com as atribuições e vencimentos contidos no Anexo II.

Art. 3º - Fica extinto o cargo em Comissão de Assistente Jurídico.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2025.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.808, de 24 de fevereiro de 2025.



ANEXO I**CARGOS EM COMISSÃO**

| DENOMINAÇÃO | SIMBOLO | QUANTIDADE |
|--|---------|------------|
| SECRETARIO MUNICIPAL | AP | 19 |
| PROCURADOR GERAL | AP | 01 |
| CHEFIA DE GABINETE | AP | 01 |
| CONSULTOR JURIDICO | AP | 01 |
| COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO | AP | 01 |
| OUVIDOR MUNICIPAL | AP | 01 |
| ASSESSOR POLITICO LEGISLATIVO | AP | 01 |
| GERENTE DE PROG. ESP. DE TRABALHO | AP | 06 |
| GERENTE EXECUTIVO | CC 01 | 15 |
| GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA | CC 02 | 14 |
| CHEFE DE DIVISÃO | CC 03 | 48 |
| ASSESSOR EXECUTIVO | CC 03 | 26 |
| COORDENADOR E LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | CC 03 | 01 |
| ASSESSOR JURIDICO | CC 04 | 06 |



| | | |
|--------------------------------|-------|----|
| ANALISTA OPERACIONAL | CC 05 | 15 |
| CHEFE DE SETOR | CC 06 | 65 |
| GERENTE OPERACIONAL | CC 06 | 20 |
| CHEFE DE UNIDADE DE SAÚDE | CC 06 | 02 |
| CHEFE DE UNIDADE DE EMERGENCIA | CC 06 | 01 |
| CHEFE DE UNIDADE LABORATORIAL | CC 06 | 01 |
| CHEFE DE UNIDADE FARMACEUTICA | CC 06 | 01 |
| ANALISTA JURÍDICO | CC 07 | 10 |
| ASSESSOR DE INFORMATICA | CC 08 | 10 |
| ADMINISTRADOR DISTRITAL | CC 09 | 03 |
| ASSESSOR TECNICO | CC 09 | 76 |
| ADMINISTRADOR LOCAL | CC 10 | 13 |
| ASSESSOR DE IMPRENSA | CC 11 | 01 |
| SUPERVISOR OPERACIONAL | CC 11 | 25 |
| ENCARREGADO DE TURMA | CC 11 | 15 |
| SUPERVISOR DE NUCLEO | CC 12 | 60 |
| ASSISTENTE EXECUTIVO | CC 13 | 65 |
| ASSISTENTE OPERACIONAL | CC 13 | 50 |
| ASSISTENTE DE NÚCLEO | CC 13 | 45 |

ANEXO II

ANALISTA JURÍDICO

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Analisar as demandas administrativas ou contenciosas, emitindo relatório sobre as medidas a serem adotadas para sua resolução;
- Promover a análise e interpretação de leis, decretos, jurisprudências, normas legais e outros, estudando a sua aplicação para atender os interesses da municipalidade;
- Prestar assistência na solução de questões jurídicas e no preparo e redação de despachos e atos diversos;
- Acompanhar e auxiliar no andamento de prazos, processos, inquéritos e procedimentos administrativos, prestando informações aos demais integrantes da Procuradoria Jurídica;
- Consultar, analisar e acompanhar publicações e intimações relacionadas às atribuições funcionais da secretaria pelos meios digitais e físicos.

| DENOMINAÇÃO | SIMBOLO | VENCIMENTO | QUANTIDADE |
|-------------------|---------|------------|------------|
| ANALISTA JURÍDICO | CC 07 | 3.335,83 | 10 |

[assinatura]



INFORMATIVO OFICIAL

M.P. - PIRAI-RJ
Processo nº 0462/25
18

Criado pela Lei nº 255, de 17 de maio de 1990

Ano 34 – Pirai, 06 de Janeiro de 2025 – Nº2861

LEI Nº 1.783, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a criação e nova denominação às Secretarias na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pirai, incluindo cargos, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pirai, a Secretaria Municipal de Políticas da Mulher, a Secretaria Municipal de Turismo, a Secretaria Municipal de Comunicação e a Chefia de Gabinete, órgãos de administração direta, subordinados ao Prefeito por linha de autoridade integral.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Políticas da Mulher é o órgão que tem por competência:

- I - elaborar, coordenar, desenvolver e acompanhar os programas, projetos e atividades voltadas à promoção da cidadania feminina;
- II - promover ações visando o enfrentamento da violência contra a mulher e a conscientização de seus direitos;
- III - promover ações de enfrentamento aos comportamentos discriminatórios e preconceituosos;
- IV - articular e propiciar os meios que favoreçam a inserção da mulher no mercado de trabalho;
- V - desenvolver programas visando a capacitação e empreendedorismo feminino;
- VI - promover ações da saúde da mulher, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde;
- VII - articular de forma integrada a institucionalização de políticas públicas para mulher, em nível municipal e estadual e federal;
- VIII - atuar como interlocutor das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais da mulher nas esferas municipal, estadual e federal;
- IX - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Políticas da Mulher compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- I - Divisão de Autonomia e Políticas da Mulher;
- II - Divisão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Turismo é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I - analisar e implantar políticas visando promover os aspectos de interesse turístico do Município;
- II - elaborar pesquisas, estudos de viabilidade e projetos de desenvolvimento do ecoturismo;
- III - propor a política municipal de turismo e demais planos, programas e projetos municipais relacionados com apoio e incentivo ao turismo;
- IV - promover e divulgar os produtos turísticos do Município;
- V - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Turismo compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- I - Divisão de Planejamento Turístico;
- II - Setor de Eventos.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Comunicação é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I - propor diretrizes da política de comunicação da Prefeitura;
- II - promover as ações de comunicação, imprensa, publicidade e informativos da Administração Pública Municipal;
- III - gerir os assuntos de interesse do governo que devam ser divulgados à população, propondo ao Prefeito o meio e forma de divulgação, promovendo a divulgação quando pertinente;

IV - prestar ao Prefeito o suporte necessário ao desempenho de suas atribuições, referente a política de comunicação do governo;

V - gerir e coordenar as atividades relativas à comunicação digital do governo;

VI - estabelecer os contatos com os órgãos de comunicação;

VII - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Comunicação compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- I - Divisão de Comunicação Social;
- II - Setor de Imprensa e Publicidade

Art. 5º - Ficam alterados os nomes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Ciência e Tecnologia; de Obras e Urbanismo;

Planejamento e Integração de Políticas Públicas; e Transporte e Trânsito, que passam a ser denominadas, respectivamente, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Governamental; e Secretaria Municipal de Ordem Pública e Mobilidade Urbana.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Ordem Pública e Mobilidade Urbana compreende em sua estrutura:

- I - Divisão de Planejamento Viário de Transporte;
 - > Setor de Transporte Urbano;
 - > Setor de Transporte Escolar;
- II - Divisão de Ordem Pública;
 - > Setor de Controle e Comando;
 - > Setor de Programas de Segurança;
 - > Setor de Trânsito e Vias Públicas.
- III - Setor de Apoio Administrativo.

Art. 7º - A Chefia de Gabinete é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I - atender à Câmara Municipal no que concerne as indicações e requerimento dos Vereadores;
- II - assistir o Prefeito em suas relações com os munícipes e entidades de classe;
- III - coordenar as relações institucionais entre o poder executivo e os demais poderes públicos em todas as esferas de governo;
- IV - desempenhar outras competências afins.

Art. 8º - A Ouvidoria Municipal é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

I - receber e apurar denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos que contrariem o interesse público;

II - diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua

responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informação, na forma do inciso I deste artigo;

III - informar ao interessado as providências adotadas, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

IV - recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

V - coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;

VI - comunicar ao órgão da administração direta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

VII - desempenhar outras competências afins.

A Chefia de Gabinete é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

Art. 9º - O artigo 23, da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 A Secretaria Municipal de Educação é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

I - (...);

II - (...);

III - (...);

IV - (...);

V - (...);

VI - (...);

VII - (...);

VIII - (...);

IX - Gerenciar e controlar o Fundo Municipal de Educação, em relação a sua execução e normatização, objetivando a gestão plena do Sistema Educacional do Município.

XI - desempenhar outras competências afins.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

Na área Educacional:

Praça Getúlio Vargas, s/nº - Centro

- Divisão de Planejamento e Controle

- Setor de Projetos

- Divisão Técnico-Pedagógica

- Setor de Ensino Fundamental

- Setor de Educação Infantil

- Setor de Tecnologia da Informação

Na área de gestão do Fundo Municipal de Educação:

- Coordenadoria do Fundo Municipal de Educação

- Divisão de Orçamento e Contabilidade

- Divisão de Tesouraria

- Divisão de Administração

- Setor de Suprimentos

- Assessoria Jurídica

C.M.P. - PIRAI-RJ

Processo nº

Rubrica

Fis 09

Art. 10 - Ficam criados os cargos em Comissão de Gerente de Gestão Estratégica e Analista Operacional, com as atribuições e vencimentos contidos no Anexo I e II da presente Lei.

Art. 11 - Em razão do disposto nos Artigos 1º, 2º, 3º e 5º desta Lei, ficam criados no Quadro de Pessoal dos Servidores Públicos, os cargos de provimento em comissão de: Secretário Municipal de Políticas da Mulher - CC1, Secretário Municipal de Turismo - CC1, Secretário Municipal de Comunicação - CC1, Chefe de Gabinete - CC1, Chefe de Divisão de Autonomia e Políticas da Mulher - CC4; Chefe de Divisão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - CC4; Chefe de Divisão de Ordem Pública - CC4; Chefe de Setor de Transporte Escolar - CC7; Chefe de Setor de Controle e Comando - CC7; Chefe Setor de Programas de Segurança - CC7.

Informativo Oficial

Município de Pirai - RJ
Criação pela Lei nº 255, de 17 de maio de 1960.

PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal
Praça Getúlio Vargas, s/nº - Centro
Pirai - RJ - CEP 27.175-000
Telefones: (24) 2431-9950 - 2431-9977
Fax: (24) 2431-9976 - 2431-9957
Site: www.pirai.rj.gov.br

PREFEITO
Luz Fernando de Souza

VICE-PREFEITO
Alexandre Sena Silva

SECRETARIAS

ADMINISTRAÇÃO

Paulo Maurício Carvalho de Souza
Rua Dr. Luiz Antonio Garcia da Silveira, nº 16 - Fundos - Centro
Telefones/Fax: (24) 2431-9964
E-mail: secadmi@pirai.rj.gov.br

AGRICULTURA

Odenir Moreira Guedes
Avenida dos Acadêmicos, nº 1324 - Centro
Telefones/Fax: (24) 2431-2968
E-mail: agropecuaria@pirai.rj.gov.br

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rita de Cassia Teixeira de Barros
Rua Santos Dumont, nº 136 - Centro
Telefones: (24) 2431-9958
E-mail: prosocial@pirai.rj.gov.br

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Osmir Augusto Souza da Silva - Secretário Interino
Rua Bulhões de Carvalho, s/nº - Casa do Futuro - Casa Amarela
Telefones: (24) 2431-9939 / 2431-1945
E-mail: planejamento@pirai.rj.gov.br

CULTURA, EVENTOS E ECONOMIA CRIATIVA

Rodrigo Faria de Abreu
Rua Comendador Sá, nº 105 - Centro
Telefones/fax: (24) 2431-9983
E-mail: cultura@pirai.rj.gov.br

COMUNICAÇÃO

Pérola Borges Soares Nunes
Rua Comendador Sá, nº 96 - Centro
Telefones: (24) 2431-9981
E-mail: imprensa@pirai.rj.gov.br

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Lenilda Braga Rodrigues Porto da Silva
Praça Getúlio Vargas, s/nº (sede da Prefeitura) - Centro
Telefones: (24) 2431-9969
Fax: (24) 2431-9957
E-mail: controleinterno@pirai.rj.gov.br

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Breno Borges Soares Nunes
Rua 15 de Novembro, nº 252 - Centro
Telefones: (24) 2431-6478
Fax: (24) 2431-9976
E-mail: secondecom@pirai.rj.gov.br

EDUCAÇÃO

Jucielma Matias dos Santos Lima
Rua XV de Novembro nº 390
Telefones/Fax: (24) 2431-4160 / 2431-0161
E-mail: seme@pirai.rj.gov.br

ESPORTE

Claudia da Silva Rodgers
Parque Florestal Mata do Amador - Centro
Telefones:
E-mail: esportivacao@pirai.rj.gov.br

FAZENDA

Carmem Maria Coelho Barbosa Gomes
Praça Getúlio Vargas, s/nº (sede da Prefeitura) - Centro
Tel: (24) 2431-9966
Fax: (24) 2431-9976
E-mail: fazenda@pirai.rj.gov.br

GOVERNO

Loutrivane Norris Ribeiro
Praça Getúlio Vargas, s/nº (sede da Prefeitura) - Centro
Telefones: (24) 2431-9955
Fax: (24) 2431-9957
E-mail: segoverno@pirai.rj.gov.br

MEIO AMBIENTE

Eleanthro Machado Walverde
Parque Florestal Mata do Amador - Centro
Telefones/Fax: (24) 2431-9978
E-mail: semtam@pirai.rj.gov.br

OBRAS, URBANISMO E HABITAÇÃO

Alexandre Sena Silva
Rua Bulhões de Carvalho, nº 465 - Casa Amarela
Telefones: (24) 2431-9970
E-mail: seobras@pirai.rj.gov.br

PLANEJAMENTO E COOPERAÇÃO

GOVERNAMENTAL
Mario Lúcia Horta Jardim
Praça Getúlio Vargas, s/nº (Sede da Prefeitura) - Centro
Telefones: (24) 2431-9906 / (24) 2431-9937
E-mail: seplan@pirai.rj.gov.br

PROCURADORIA

Procurador-Geral: João Carlos da Silva
Praça Getúlio Vargas, s/nº (sede da Prefeitura) - Centro
Telefones: (24) 2431-9904
E-mail: procuradoria@pirai.rj.gov.br

SAÚDE

Maria da Conceição de Souza Rocha
Rua Moacir Barbosa, nº 73 - Centro
Telefones/Fax: (24) 2411-9300
E-mail: gabinete.saude@pirai.rj.gov.br

SERVIÇOS PÚBLICOS

Alex Joaquim da Silva
Rua Bulhões de Carvalho, nº 465 - Casa Amarela
Telefones: (24) 2431-9953
E-mail: serviços@pirai.rj.gov.br

ORDEM PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA

Rui Carlos Vidal Barreiros
Rua Dr. Luiz Antonio Garcia da Silveira, nº 71 - Centro
Telefones: (24) 2431-9968
E-mail: smtp@pirai.rj.gov.br

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal

Rua Dr. Luiz Antonio Garcia da Silveira, nº 16 - Centro
Pirai-RJ - CEP 27.175-000
Telefones/Fax: (24) 2411-9500
E-mail: camara@pirai.rj.gov.br
Site: www.camara.pirai.rj.gov.br

Mesa Diretora

Presidente: Moacir Gonçalves da Rocha Júnior (Junior Rocha)
Vice-presidente: José Paulo Carvalho de Oliveira (Russo)
1º Secretário: Roberto Horta Jardim Salles (Beto)
2º Secretário: Wagner da Cunha Fortunato (Marcelo)

Veredores

Mario Herminio da Silva Carvalho
Roman Silva Gonçalves da Cruz
Evandro Soriano da Silva
José Otávio Ferreira do Abreu
Júlio César da Fonseca Alves
Darlei Gomes de Moraes
Luiz Fernando Colucci Junior

Art. 12 - O artigo 11 da Lei 768, de nº 24 de dezembro de 2004 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 - A Consultoria Jurídica é órgão da Prefeitura que tem por competência:

I - assessorar e cooperar no nível de gerenciamento estratégico dos Órgãos Jurídicos Municipais, quando demandado pelo Procurador Geral do Município.

II - elaborar estudos e preparar informações por solicitação dos Secretários Municipais referentes a assuntos das respectivas pastas;

III - atuar em cooperação com o Procurador Geral, promovendo a uniformidade e padronização de orientações jurídicas no âmbito da Administração.

IV - emitir pareceres nos processos que implicarem obrigações contratuais da Administração Municipal;

V - desempenhar outras competências afins.

Art. 13 - As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento em vigor que, em sendo necessária, será suplementada.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a enviar o Projeto de Lei, com as modificações necessárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do Exercício de 2025, incluindo a abertura de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências, observada a legislação vigente.

Art. 15 - Para efeito do cumprimento do disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à sua regulamentação, adequando e reeditando o Regimento Interno e a Lei de Estrutura da Prefeitura, se necessário.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI, em 06 de janeiro de 2025.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS EM COMISSÃO

| DENOMINAÇÃO | SIMBOLO | QUANTIDADE |
|--|---------|------------|
| SECRETARIO MUNICIPAL | AP | 19 |
| PROCURADOR GERAL | AP | 01 |
| CHEFIA DE GABINETE | AP | 01 |
| CONSULTOR JURIDICO | AP | 01 |
| COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO | AP | 01 |
| OUVIDOR MUNICIPAL | AP | 01 |
| ASSESSOR POLITICO LEGISLATIVO | AP | 01 |
| GERENTE DE PROG. ESP. DE TRABALHO | AP | 06 |
| GERENTE EXECUTIVO | CC 01 | 15 |
| GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA | CC 02 | 10 |
| CHEFE DE DIVISÃO | CC 03 | 48 |
| ASSESSOR EXECUTIVO | CC 03 | 20 |
| COORDENADOR E LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | CC 03 | 01 |
| ASSESSOR JURIDICO | CC 04 | 06 |
| ANALISTA OPERACIONAL | CC 05 | 10 |
| CHEFE DE SETOR | CC 06 | 65 |
| GERENTE OPERACIONAL | CC 06 | 15 |

Rubrica

Fis

| | | |
|--------------------------------|-------|----|
| CHEFE DE UNIDADE DE SAÚDE | CC 06 | 02 |
| CHEFE DE UNIDADE DE EMERGENCIA | CC 06 | 01 |
| CHEFE DE UNIDADE LABORATORIAL | CC 06 | 01 |
| CHEFE DE UNIDADE FARMACEUTICA | CC 06 | 01 |
| ASSISTENTE JURIDICO | CC 07 | 08 |
| ASSESSOR DE INFORMATICA | CC 07 | 10 |
| ADMINISTRADOR DISTRITAL | CC 08 | 05 |
| ASSESSOR TECNICO | CC 08 | 60 |
| ADMINISTRADOR LOCAL | CC 09 | 10 |
| ASSESSOR DE IMPRENSA | CC 10 | 01 |
| SUPERVISOR OPERACIONAL | CC 10 | 25 |
| ENCARREGADO DE TURMA | CC 10 | 15 |
| SUPERVISOR DE NUCLEO | CC 11 | 60 |
| ASSISTENTE EXECUTIVO | CC 12 | 65 |
| ASSISTENTE OPERACIONAL | CC 12 | 50 |
| ASSISTENTE DE NÚCLEO | CC 12 | 45 |

ANEXO II

GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Dirigir, implementar e acompanhar o planejamento estratégico do governo, visando o cumprimento das metas institucionais.

ANALISTA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

- Assessorar as chefias na execução e suporte das atividades operacionais, monitorando processos a fim de garantir a eficiência e conformidade das ações com as diretrizes institucionais.

| DENOMINAÇÃO | SIMBOLO | VENCIMENTO | QUANTIDADE |
|-------------------------------|---------|------------|------------|
| GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA | CC 03 | 7.236,22 | 10 |
| ANALISTA OPERACIONAL | CC 06 | 4.258,25 | 10 |



C.M.P - PIRAI-RJ.
Processo nº 0462/25
Rubrica f Fis 55

Lei nº 1.783, de 06 de janeiro de 2025.

Dispõe sobre a criação e nova denominação às Secretarias na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pirai, incluindo cargos, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Pirai, a Secretaria Municipal de Políticas da Mulher, a Secretaria Municipal de Turismo, a Secretaria Municipal de Comunicação e a Chefia de Gabinete, órgãos de administração direta, subordinados ao Prefeito por linha de autoridade integral.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Políticas da Mulher é o órgão que tem por competência:

I – elaborar, coordenar, desenvolver e acompanhar os programas, projetos e atividades voltadas à promoção da cidadania feminina;

II – promover ações visando o enfrentamento da violência contra a mulher e a conscientização de seus direitos;

III – promover ações de enfrentamento aos comportamentos discriminatórios e preconceituosos;

IV – articular e propiciar os meios que favoreçam a inserção da mulher no mercado de trabalho;

V – desenvolver programas visando a capacitação e empreendedorismo feminino;

VI – promover ações da saúde da mulher, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde;

VII – articular de forma integrada a institucionalização de políticas públicas para mulher, em nível municipal e estadual e federal;

VIII – atuar como interlocutor das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais da mulher nas esferas municipal, estadual e federal;

IX – desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Políticas da Mulher compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

LF

- I – Divisão de Autonomia e Políticas da Mulher;
- II – Divisão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;

Art. 3º- A Secretaria Municipal de Turismo é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I – analisar e implantar políticas visando promover os aspectos de interesse turístico do Município;
- II – elaborar pesquisas, estudos de viabilidade e projetos de desenvolvimento do ecoturismo;
- III – propor a política municipal de turismo e demais planos, programas e projetos municipais relacionados com apoio e incentivo ao turismo;
- IV – promover e divulgar os produtos turísticos do Município;
- V – desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Turismo compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- I – Divisão de Planejamento Turístico;
- II – Setor de Eventos.

Art. 4º- A Secretaria Municipal de Comunicação é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I - propor diretrizes da política de comunicação da Prefeitura ;
- II - promover as ações de comunicação, imprensa, publicidade e informativos da Administração Pública Municipal;
- III - gerir os assuntos de interesse do governo que devam ser divulgados à população, propondo ao Prefeito o meio e forma de divulgação, promovendo a divulgação quando pertinente ;
- IV - prestar ao Prefeito o suporte necessário ao desempenho de suas atribuições, referente a política de comunicação do governo ;
- V - gerir e coordenar as atividades relativas à comunicação digital do governo;
- VI - estabelecer os contatos com os órgãos de comunicação;
- VII - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Comunicação compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- I – Divisão de Comunicação Social;
- II – Setor de Imprensa e Publicidade

Art. 5º - Ficam alterados os nomes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e Turismo; de Ciência e Tecnologia; de Obras e Urbanismo;

Planejamento e Integração de Políticas Públicas; e Transporte e Trânsito, que passam a ser denominadas, respectivamente, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Habitação; Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Governamental; e Secretaria Municipal de Ordem Pública e Mobilidade Urbana.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Ordem Pública e Mobilidade Urbana compreende em sua estrutura:

- I – Divisão de Planejamento Viário de Transporte;
 - Setor de Transporte Urbano;
 - Setor de Transporte Escolar;
- II – Divisão de Ordem Pública;
 - Setor de Controle e Comando;
 - Setor de Programas de Segurança;
 - Setor de Trânsito e Vias Públicas.
- III – Setor de Apoio Administrativo.

Art. 7º – A Chefia de Gabinete é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I – atender à Câmara Municipal no que concerne as indicações e requerimento dos Vereadores;
- II – assistir o Prefeito em suas relações com os munícipes e entidades de classe;
- III – coordenar as relações institucionais entre o poder executivo e os demais poderes públicos em todas as esferas de governo;
- IV – desempenhar outras competências afins.

Art. 8º – A Ouvidoria Municipal é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I - receber e apurar denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos que contrariem o interesse público;
- II – diligenciar junto às unidades da Administração competentes para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua



responsabilidade, objeto de reclamações ou pedidos de informação, na forma do inciso I deste artigo;

III – informar ao interessado as providências adotadas, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;

IV – recomendar aos órgãos da Administração a adoção de mecanismos que dificultem e impeçam a violação do patrimônio público e outras irregularidades comprovadas;

V – coordenar ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;

VI – comunicar ao órgão da administração direta competente para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência em razão do exercício de suas funções, mantendo atualizado arquivo de documentação relativo às reclamações, denúncias e representações recebidas.

VII – desempenhar outras competências afins.

Art. 9º - O artigo 23, da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 – A Secretaria Municipal de Educação é o órgão da Prefeitura que tem por competência:

I – (.....);

II – (.....);

III – (.....);

IV – (.....);

V – (.....);

VI – (.....);

VII – (.....);

VIII – (.....);

IX - Gerenciar e controlar o Fundo Municipal de Educação, em relação a sua execução e normatização, objetivando a gestão plena do Sistema Educacional do Município.

XI - desempenhar outras competências afins.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Educação compreende em sua estrutura as seguintes unidades:





C.M.P. - PIRAI-RJ.
Processo nº 0462/25
Rubrica f Fls 13

- Divisão de Planejamento e Controle
- Setor de Projetos
- Divisão Técnico-Pedagógica
- Setor de Ensino Fundamental
- Setor de Educação Infantil
- Setor de Tecnologia da Informação

Na área de gestão do Fundo Municipal de Educação:

- Coordenadoria do Fundo Municipal de Educação
- Divisão de Orçamento e Contabilidade
- Divisão de Tesouraria
- Divisão de Administração
- Setor de Suprimentos
- Assessoria Jurídica

Art. 10 - Ficam criados os cargos em Comissão de Gerente de Gestão Estratégica e Analista Operacional, com as atribuições e vencimentos contidos no Anexo I e II da presente Lei.

Art. 11 - Em razão do disposto nos Artigos 1º, 2º, 3º e 5º desta Lei, ficam criados no Quadro de Pessoal dos Servidores Públicos, os cargos de provimento em comissão de: Secretário Municipal de Políticas da Mulher – CC1, Secretário Municipal de Turismo – CC1, Secretário Municipal de Comunicação – CC 1, Chefe de Gabinete – CC 1, Chefe de Divisão de Autonomia e Políticas da Mulher – CC4; Chefe de Divisão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – CC4; Chefe de Divisão de Ordem Pública – CC4; Chefe de Setor de Transporte Escolar – CC7 ; Chefe de Setor de Controle e Comando – CC7; Chefe Setor de Programas de Segurança – CC7.



C.M.P - PIRAI-RJ
Processo nº 0462/25
Data 16/11/25

GABINETE DO PREFEITO

Art. 12 – O artigo 11 da Lei 768, de nº 24 de dezembro de 2004 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11 – A Consultoria Jurídica é órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I – assessorar e cooperar no nível de gerenciamento estratégico dos Órgãos Jurídicos Municipais, quando demandado pelo Procurador Geral do Município.
- II - elaborar estudos e preparar informações por solicitação dos Secretários Municipais referentes a assuntos das respectivas pastas;
- III- atuar em cooperação com o Procurador Geral, promovendo a uniformidade e padronização de orientações jurídica no âmbito da Administração.
- IV – emitir pareceres nos processos que implicarem obrigações contratuais da Administração Municipal ;

V - desempenhar outras competências afins.”

Art. 13 - As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento em vigor que, em sendo necessária, será suplementada.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a enviar o Projeto de Lei, com as modificações necessárias no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do Exercício de 2025, incluindo a abertura de créditos adicionais, remanejamentos, transposições e transferências, observada a legislação vigente.

Art. 15 - Para efeito do cumprimento do disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à sua regulamentação, adequando e reeditando o Regimento Interno e a Lei de Estrutura da Prefeitura, se necessário.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ, em 06 de janeiro de 2025.


LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI

ANEXO I**CARGOS EM COMISSÃO**

| DENOMINAÇÃO | SIMBOLO | QUANTIDADE |
|--|---------|------------|
| SECRETARIO MUNICIPAL | AP | 19 |
| PROCURADOR GERAL | AP | 01 |
| CHEFIA DE GABINETE | AP | 01 |
| CONSULTOR JURIDICO | AP | 01 |
| COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO | AP | 01 |
| OUVIDOR MUNICIPAL | AP | 01 |
| ASSESSOR POLITICO LEGISLATIVO | AP | 01 |
| GERENTE DE PROG. ESP. DE TRABALHO | AP | 06 |
| GERENTE EXECUTIVO | CC 01 | 15 |
| GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA | CC 02 | 10 |
| CHEFE DE DIVISÃO | CC 03 | 48 |
| ASSESSOR EXECUTIVO | CC 03 | 20 |
| COORDENADOR E LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | CC 03 | 01 |
| ASSESSOR JURIDICO | CC 04 | 06 |
| ANALISTA OPERACIONAL | CC 05 | 10 |
| CHEFE DE SETOR | CC 06 | 65 |
| GERENTE OPERACIONAL | CC 06 | 15 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI

| | | |
|--------------------------------|-------|----|
| CHEFE DE UNIDADE DE SAÚDE | CC 06 | 02 |
| CHEFE DE UNIDADE DE EMERGENCIA | CC 06 | 01 |
| CHEFE DE UNIDADE LABORATORIAL | CC 06 | 01 |
| CHEFE DE UNIDADE FARMACEUTICA | CC 06 | 01 |
| ASSISTENTE JURIDICO | CC 07 | 08 |
| ASSESSOR DE INFORMATICA | CC 07 | 10 |
| ADMINISTRADOR DISTRITAL | CC 08 | 05 |
| ASSESSOR TECNICO | CC 08 | 60 |
| ADMINISTRADOR LOCAL | CC 09 | 10 |
| ASSESSOR DE IMPRENSA | CC 10 | 01 |
| SUPERVISOR OPERACIONAL | CC 10 | 25 |
| ENCARREGADO DE TURMA | CC 10 | 15 |
| SUPERVISOR DE NUCLEO | CC 11 | 60 |
| ASSISTENTE EXECUTIVO | CC 12 | 65 |
| ASSISTENTE OPERACIONAL | CC 12 | 50 |
| ASSISTENTE DE NÚCLEO | CC 12 | 45 |

**ANEXO II****GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA****DESCRIÇÃO SINTÉTICA:**

- Dirigir, implementar e acompanhar o planejamento estratégico do governo, visando o cumprimento das metas institucionais.

ANALISTA OPERACIONAL**DESCRIÇÃO SINTÉTICA:**

- Assessorar as chefias na execução e suporte das atividades operacionais, monitorando processos a fim de garantir a eficiência e conformidade das ações com as diretrizes institucionais.

| DENOMINAÇÃO | SIMBOLO | VENCIMENTO | QUANTIDADE |
|-------------------------------|---------|------------|------------|
| GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA | CC 03 | 7.236,22 | 10 |
| ANALISTA OPERACIONAL | CC 06 | 4.258,25 | 10 |

Lei nº 1.808, de 24 de fevereiro de 2025.

Altera os quantitativos do Quadro de Pessoal, constantes no anexo I da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, alterada pela Lei nº 1.783, de 06 de janeiro de 2025.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Os quantitativos dos cargos do Quadro de Pessoal, constantes no anexo I da Lei nº 768, de 24 de dezembro de 2004, que foi alterada pela Lei n.º 1.783 de 06 de janeiro de 2025, serão acrescidos na forma abaixo:

| DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO | QUANTIDADE |
|-------------------------------|---------|------------|
| GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA | CC 02 | 04 |
| ASSESSOR EXECUTIVO | CC 03 | 06 |
| ANALISTA OPERACIONAL | CC 05 | 05 |
| GERENTE OPERACIONAL | CC 06 | 05 |
| ASSESSOR TECNICO | CC 08 | 16 |

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI, em 26 de fevereiro de 2025.


LUIZ FERNANDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 462

Rubrica 7 Fis 21

.PREVISÃO IMPACTO FINANCEIRO PARA CARGOS CRIADOS
(OCUPADOS POR FUNCIONÁRIOS NOMEADOS - EXCLUSIVO CARGO EM COMISSÃO):

| DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO | VENCIMENTO | ENCARGOS PATRONAIS (INSS)* | QTD | TOTAL |
|-------------------|---------|--------------|----------------------------|-----|---------------|
| ANALISTA JURÍDICO | CC 07 | R\$ 3.335,83 | R\$ 514,87 | 10 | R\$ 38.507,00 |

.PREVISÃO IMPACTO FINANCEIRO – CARGOS EM EXTINÇÃO

| DENOMINAÇÃO | SÍMBOLO | VENCIMENTO | ENCARGOS PATRONAIS (INSS)* | QTD | TOTAL |
|---------------------|---------|--------------|----------------------------|-----|---------------|
| ASSISTENTE JURÍDICO | CC 07 | R\$ 2.983,68 | R\$ 460,52 | 8 | R\$ 27.553,60 |

| | |
|--|---------------|
| DIFERENÇA TOTAL ENTRE OS VALORES – CARGOS CRIADOS x CARGOS EM EXTINÇÃO | R\$ 10.953,40 |
|--|---------------|

*Para cálculo dos encargos patronais, foi considerada a alíquota prevista de 12% para o ano de 2025, dada pelo Projeto de Lei 1847/2024, que versa sobre o regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento dos municípios, e alíquota FAP 2025 de 1,7173 para o Município de Pirai.

DANIEL HONTANA RIBEIRO DE ALMEIDA
CHEFE DE SETOR DE PESSOAL

Daniel Hontana Ribeiro de Almeida
Chefe do Setor de Pessoal
Matrícula 11599